

Resenhas

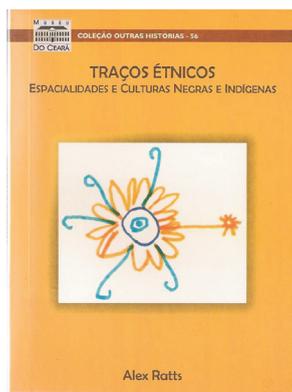


Resenha

RATTS, ALEX. **TRAÇOS ÉTNICOS: ESPACIALIDADES E CULTURAS NEGRAS E INDÍGENAS**. FORTALEZA: MUSEU DO CEARÁ: SECULT: 2009. 123 PÁGINAS. (COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS, 56).

Matheus Gato - Universidade Federal do Maranhão
matheusgatodejesus@hotmail.com

Flavia Rios – Universidade de São Paulo
fláviamrios@yahoo.com



Cultura : algo que vê, algo que gera

O autor de *Traços Étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas* não poderia ser mais feliz quando escolheu para a capa do seu livro a pintura de uma menina Tremembé. Eis que a pintura da pequena Josiane, que na época só tinha seis anos de idade, parece à primeira vista construir uma flor, desenho comum feito por crianças da sua idade. Entretanto, a “ingenuidade infantil” nos surpreende com um belo detalhe iconográfico: no centro de nossa suposta flor nos deparamos com o desenho de um olho. Um olho atento e vivo.

O movimento plástico ultrapassa nossas primeiras impressões. Certamente a flor ainda está ali, mas agrega o olho à sua *identidade*. A flor agora é pensada na condição de *algo que vê*. Mais: pode ser agrupada – compartilha identidade – junto a todos seres que obedecem a mesma classificação: *algo que vê*. Exemplo: homem e flor podem ser *o mesmo*. Eis a primeira mensagem da pintura: aquilo que é heterogêneo, que inicialmente não compartilha as mesmas propriedades ontológicas, pode conviver e transformar-se, sem deixar de ser o que é. O homem e a flor são *o mesmo* e ainda assim, homem é homem e flor é flor.

Mas o desenho não termina aí. Do núcleo da flor, exatamente onde reside sua visão, parte um traço quase reto em direção ao canto direito, que se finda no que chamaríamos uma “pequena florzinha”. Nesse movimento a flor é pensada na condição de *algo que gera*. A florzinha é muito diferente daquela outra que nos vê, mas está ligada por um traço firme e objetivo ao olho que nos captura. Segunda mensagem: o que liga *algo que vê* e *algo que gera* a sua própria continuidade e permanência no mundo não é a aparência externa, e sim a própria *visão*.

A menina Josiane teria composto um auto-retrato? Ela que é *algo que vê* e entre os Tremembé tem seu lugar como *algo que gera*? Não sabemos ao certo. Mas a questão lançada pelo antropólogo Alex Ratts parece ser: quais as possibilidades de que a pequenina Tremembé possuía para permanecer na história como *algo que gera*, mediante a *visão* atroz da especulação fundiária, migrações forçadas e encilhamento cultural impostos a todo o seu grupo étnico? Como manter o *traço* que unifica e transforma aquele *algo que vê*? Qual a relação entre tradição e criação cultural vivenciada por grupos étnicos que como índios Tremembé, quilombolas cearenses e comunidades negras urbanas, atravessam o dilema da expropriação das condições elementares de existência social e cultural?

Esses são os dilemas enfrentados em *Traços Étnicos*, livro composto por artigos curtos escritos num período de amadurecimento intelectual e político entre 1992 e 2006. Ao longo de diversas temáticas, como mobilização política do ritual do Torém no processo de emergência étnica Tremembé, os impasses da comunidade do trilho com a especulação imobiliária em Fortaleza ou mesmo a apropriação de Zumbi de Palmares nas festas tradicionais da comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos, o professor Ratts articula crítica social e análise antropológica na intersecção de dois conceitos basilares: cultura e espaço.

Na verdade, o questionamento das fronteiras disciplinares entre a antropologia e a geografia tem sido a marca registrada do autor enquanto acadêmico e militante do movimento negro. Por um lado, a tradição disciplinar de Franz Boas tem lhe permitido notar que “o olho que vê é o órgão da tradição”, o olho que tem um lugar e uma história, aquilo que se depreende da poética plástica de Josiane: a cultura enquanto flores ligadas por uma visão. Por outro, a geografia crítica, atenta tentativa de guetização política do que Milton Santos chamou de o “espaço do cidadão”, informa que os imperativos políticos da economia, da técnica, do racismo ambiental alteram os lugares donde o órgão da tradição vê e neste caso, a visão é outra. Neste sentido, a luta de índios e negros pela terra, pelo direito à cidade e à identidade, ou seja, a emergência das identidades étnicas como variável significativa na *economia espacial* nordestina e brasileira nos mostra que “olho da tradição” é também o olho da indignação. O olho que tenciona as desigualdades através da re-criação de novos vínculos culturais e políticos, olho que indaga a terra da luz: “quanto dá de ti pra meu viver florir entre ares de verão?”

O desafio da construção identitária entre indígenas e negros cearenses é o desafio de fazer emergir na rede urbana de Fortaleza, bem como na estru-

tura fundiária de todo o Ceará, espacialidades alternativas e democráticas. Negros e índios no Ceará compartilham a experiência de serem “povos invisíveis”, ambos tiveram suas imagens rasuradas nos discursos oficiais, que apresentavam o estado como resultante da mistura entre as raças.¹ Ainda é comum se ouvir dos mais informados cidadãos cearenses que inexistem negros no estado e que os índios que restaram não são “autênticos”. Essa ideologia opressiva, versão cearense do mito da democracia racial, tem relegado as comunidades indígenas e negras à completa invisibilidade até os dias atuais, privando-lhes de políticas públicas que resguardem seus direitos previstos pela Carta Constitucional de 1988.

Em hora oportuna, o Museu do Ceará realizou a presente publicação, escrito para um público amplo de variadas faixas etárias. Sem dúvida, encontra-se nele um excelente material de apoio pedagógico para professores e alunos, tendo em vista as medidas atuais do país para garantir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, assegurado pela lei federal de número 11.465/08. Esforços intelectuais como esses cultivam a emersão de negros e indígenas como delicadas flores cearenses para aqueles que nunca as tinham visto com esses contornos, esses traços. E olhos.

Matheus Gato de Jesus - Bacharel em Ciências Sociais pela UFMA, pós graduado em Sociologia pela USP.

Flávia Matheus Rios – Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisadora em relações raciais do departamento de Sociologia da USP/CNPQ.

Recebido para publicação em Junho de 2009

Aceito para publicação em Junho de 2009

1 No segundo capítulo do livro (p. 17), Alex Ratts apresenta um trecho do funesto relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial por José Bento da Cunha Figueiredo em 9 de outubro de 1863, no qual afirmava: “*Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. [...] Ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças; mas acham-se misturados na massa geral da população, composta na máxima parte de forasteiros, que excedendo-os em número, riqueza e indústria, têm havido por usurpação ou as terras pertencentes aos aborígenes. [...] Os respectivos patrimônios territoriais foram mandados incorporar à fazenda por ordem cultural imperial, respeitando-se a posse de alguns índios.*”

